

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O mapa de relevância das qualificações profissionais para a rede formativa do próximo ano letivo 2018/2019 é, como sabe, a base da definição dos mapas de qualificações das comunidades intermunicipais.

Os Deputados subscritores desta Pergunta Parlamentar vêm por este meio manifestar a sua apreensão e discordância pelo facto deste novo Mapa, da responsabilidade do Ministério da Educação através da ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional-, ter provocado a redução brusca da classificação do Curso de Técnico Florestal, de 9 para 2 na graduação final aprovada para a Região Centro.

Uma desvalorização de uma formação indispensável para a região e à necessária no âmbito da política florestal nacional. Esta descida na classificação é surpreendente particularmente para o PSD atendendo a que, após um verão tão trágico em matéria de incêndios em que a região centro foi particularmente devastada e castigada, há uma prioridade nacional em matéria de reordenamento da floresta e do território. Estranhámos por isso que ao nível das antecipações de qualificação do ensino profissional para a região centro onde com ainda mais acuidade se faz sentir a necessidade de intervenção qualificada e preparada se caminhe precisamente na direção contrária, de desvalorização da Floresta.

Recordamos que a qualificação acima referida, a ° 224 de Técnico Florestal, tinha no ano anterior relevância 9 e passou este ano para relevância 2, o que para além de uma desvalorização da Floresta, tornará esta formação cada vez menos atraente para os jovens e contribuirá para a desvalorização de todo o interior deste País.

Segundo informação recolhida junta da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, o mapa de relevância das qualificações no Médio Tejo foi elaborado tendo por base o mapa atualizado de relevâncias construído pela ANQEP para a região Centro.

Com a prioridade assim estabelecida é posta em causa a abertura do curso profissional de

Técnico Florestal que já foi ministrado pela Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes(Abrantes), pela Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa (Belmonte) ou pela Escola Profissional de Fermil (Celorico de Basto).

Consideramos que é inaceitável esta redução de relevância de uma qualificação tão necessária ao país e que assume particular importância no contexto em que vivemos onde, e bem, se está a tornar o ordenamento da florestal como prioridade política.

Com o nível de relevância atribuído ao curso de Técnico Florestal é impossível assegurar o seu financiamento em 2018/2019 e, conseqüentemente, a sua abertura nesse ano letivo.

O risco de encerramento do curso de Técnico Florestal destas escolas em 2018/2019 é real e além de comprometer a formação de um conjunto significativo de alunos que procuram esta valência, ameaça o desenvolvimento desta área de conhecimento de instituições respeitadas por todos nessa área do conhecimento.

**Tendo em conta o disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente, o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta, o(a)s Deputado(a)s do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio a S. Exa. O Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:**

1 – Como justifica o governo esta redução de relevância do curso profissional de Técnico Florestal de 9 para 2 segundo o mapa de relevância das qualificações profissionais para a rede formativa do próximo ano letivo 2018/2019?

2 – Está o Ministério da Educação disponível para proceder à correção em tempo útil da relevância atribuída ao curso profissional de Técnico Florestal?

3 – Conseguirá o Ministério da Educação assegurar a continuidade do curso profissional de Técnico Florestal no ano letivo de 2018/2019?

Palácio de São Bento, 27 de abril de 2018

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

TERESA LEAL COELHO(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

Deputado(a)s

MAURÍCIO MARQUES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)